



v.1, n.1, 2016

REFLEXOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL NA ISLÂNDIA: POLÍTICA, ECONOMIA E SOBERANIA POPULAR.

Gabriel Sandino de Castro
David Fernando Ramos
André Augusto Locatelli
Raphael Cezar Carvalho Martins
Neise Maria Verçosa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos das políticas neoliberais na Islândia que se iniciaram em meados da década de 1990. Os efeitos colaterais destas medidas ocorreram com o advento da crise financeira mundial de 2008. Assim, analisaremos o cenário político interno da Islândia ao passo que observaremos os efeitos na economia do país. Neste sentido, este artigo trata, inicialmente, da formação e das principais características dos Estados escandinavos que, se convergem em um tipo específico de Estado de Bem Estar Social. Posteriormente, examinaremos a Islândia e suas particularidades tanto no âmbito político quanto no econômico. Dessa forma, ao discutir os impactos das políticas neoliberais e as saídas da Islândia para a crise, levantaremos um fenômeno interessante que ocorreu no país, de enfrentamento aos ajustes recessivos e da contestação ao discurso liberal hegemônico, ou seja, um movimento social e popular que reformou o sistema político islandês.

Palavras-chave: Crise econômica na Islândia. Soberania Popular. Países Nórdicos

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effects of neoliberal policies in Iceland that began in the mid-1990s. The side effects of these measures occurred with the advent of the 2008 global financial crisis. we will observe the effects on the country's economy. In this sense, this article deals, initially, with the formation and main characteristics of the Scandinavian states, which converge in a specific type of Welfare State. We will then examine Iceland and its particularities both politically and economically. Thus, in discussing the impacts of neoliberal policies and the exits of Iceland to the crisis, we will raise an interesting phenomenon that has occurred in the country, facing recessive adjustments and the opposition to liberal hegemonic discourse, that is, a social and popular movement that reformed the Icelandic political system.

Keywords: Economic crisis in Iceland. Popular Sovereignty. Nordic countries.

1. Introdução

Os Estados nórdicos, conhecidos também como Estados de Bem Estar Social, são apontados, muitas vezes, como exemplos de sociedades harmoniosas, prósperas e com alto grau de felicidade. Não somente no campo científico, mas também no senso comum, os países da Escandinávia são citados e discutidos quando o assunto é o papel do Estado. Entretanto, a literatura a respeito dos Welfare State nórdicos ainda é escassa no Brasil. É verdade também que os Estados de Bem Estar Social não se restringem apenas aos países escandinavos. Vários estudiosos apresentam uma denominação para os Estados de Bem Estar Social. (Baldwin 1990; Ringen 1991). No entanto, consideramos neste trabalho a classificação de Gosta Esping Andersen (1990), que mais se aproximou da realidade dos Welfare States até o fim da Guerra Fria (Lewis 1993; Orloff 1993; Sainsbury 1994). Essa denominação, conforme apresenta Gosta Esping Andersen, apreende três grandes subdivisões: os Welfares States corporativistas; os liberais e, por último, os sociais democratas.

Os primeiros são caracterizados, basicamente, por apreender uma classe específica de funcionários públicos que se beneficiam da máquina estatal a fim de garantir e expandir privilégios. Nos Estados de Bem Estar Social corporativistas, a qualidade dos serviços públicos (acesso a saúde e educação por exemplo) tende a ser mediana, dedicada, especialmente, a população com poucos recursos. Esping Andersen aponta a França e a Alemanha como exemplo deste primeiro tipo. Os segundos, caracterizados como Welfare States liberais, são aqueles que privilegiam o setor privado para a oferta dos serviços básicos à população. Neste caso, tanto os serviços públicos quanto os mecanismos de proteção social (seguro-desemprego, previdência, leis trabalhistas) tendem a ser mais flexíveis, ou seja, sujeitos as dinâmicas do mercado. Estes serviços costumam ser qualidade

inferior aos corporativistas e sociais democratas. Isto acontece no intuito de estimular a população a utilizar o setor privado ao passo que o Estado diminui seus gastos. Neste sentido, os serviços estatais são destinados a camada mais pobre da população, aqueles que realmente não podem pagar por um plano de saúde privado ou educação. EUA e Inglaterra são exemplos, nas leituras de Gosta Esping Andersen, dos Estados de Bem Estar liberais.

Os Welfare States sociais democratas são aqueles representados pelos países nórdicos. São caracterizados por fornecerem serviços públicos universalistas de qualidade e sólidos instrumentos de proteção social. Os altos impostos pagos pela população costumam ser, em sua maioria, bem aplicados. Mikko Kautto, Matti Heikkilä, et. al. (1999, p.1) advogam que: "Nordic countries were among the most prosperous industrialized countries, with good records of economic development. In all countries economic prosperity was combined with policies aiming at high levels of equality and low levels of poverty." Posteriormente, veremos em maiores detalhes como são Estados de bem estar social democratas. Além disso, examinaremos os efeitos da globalização neoliberal nestes países nos anos 1990 e, no estudo de caso sobre a Islândia, como os islandeses enfrentaram a crise financeira mundial de 2008.

2. Características e Formação dos Estados de Bem estar Social: Países Escandinavos

Os países nórdicos, mesmo antes de se configurarem em Welfare States, apresentavam características específicas que os permitiram construir modelos semelhantes de Estado. A ideia da social democracia, desenvolvida no fim do século XX, foi fundamental pelo modo o qual os países escandinavos se desenvolveram. É preciso levar em consideração que, as

sociedades nórdicas eram mais homogêneas em relação ao resto da Europa Ocidental. Em outras palavras, a cultura, as condições sociais, e as crenças religiosas contribuíram para que os países escandinavos apreendessem um Welfare State social democrata. Eric Einhorn e John Logue (2003) observaram que a homogeneidade das sociedades nórdicas permitiu a construção gradual de um sistema político de democracia representativa que garantissem, proporcionalmente, a representação dos indivíduos. O consenso na criação das instituições políticas veio do interesse em comum que estes cidadãos tinham na sociedade¹.

É verdade também que a revolução industrial no século XIX trouxe desenvolvimento industrial e assimetria das condições sociais. No entanto, tão cedo, estes países implementaram leis anti-trustes ao passo que procuraram impedir o surgimento de setores monopolísticos em seus territórios. O reconhecimento enquanto sociedades escandinavas originou uma identidade nacional, onde as elites destes países, tanto conservadores quanto liberais, tinham o compromisso em manter a coesão social e a ordem pública. Para isto, as burguesias dos países nórdicos, em maior ou menor grau, entenderam que era necessário criar condições de oportunidades à classe trabalhadora, ao passo que a inserção no mercado de consumo e trabalho era essencial para que as correntes mais radicais do socialismo e do comunismo não prosperassem. Assim, os países nórdicos, no fim do século XIX e início do século XX, davam sinais da formação dos Welfare States.

Nick Brandal, et al. (2013) argumentam que estes processos, no período de 1848 a 1916, se deram paralelo

ao desenvolvimento da social democracia, também, no âmbito teórico e conceitual. As discussões a respeito dos rumos do capitalismo e das estratégias do socialismo foram às causas daquilo que viria a se tornar a social democracia. Primeiro, os Partidos socialistas europeus enxergavam as vias eleitorais como propaganda política do socialismo, ou seja, a intenção não era necessariamente a vitória, mas chamar a atenção dos trabalhadores para a suas ideias (PRZEWORSKI, 1988). Além disto, caso os socialistas conquistassem o poder pelas eleições, a burguesia admitiria tamanha mudança no jogo democrático? Essa questão não foi respondida ao passo que o socialismo não conseguia a maioria dos votos dos trabalhadores. Mesmo assim, conforme escreveu Adam Przeworski (1988 p.46-47)

Na situação em que insurreições armadas tornaram-se impraticáveis, dadas as mudanças tecnológicas na arte bélica - esse o ponto enfatizado por Engels em 1895 -, a participação parlamentar era o único recurso ao alcance dos trabalhadores. É importante que o momento de virada nas táticas de muitos partidos socialistas tenha ocorrido após os fracassos de greves gerais organizadas em torno de questões econômicas.

A vitória dos Partidos socialistas dependia, basicamente, da organização de classe, ou seja, "Se não estiverem organizadas como uma classe, estão sujeitas a votar com base em outras fontes de identificação coletiva, como católicos, bavianos, mulheres, francófonos, consumidores, e assim por diante" (PRZEWORSKI, 1988 p.47). Ao mesmo tempo em que, para a construção desta identidade coletiva, os socialistas tinham o desafio de enfrentar aquilo que Poulantzas (1978) chamou de individualização das relações de classe no nível político e ideológico.

Tendo em vista essas dificuldades, os Partidos sociais democratas entenderam que a luta não poderia ser "por objetivos específicos dos trabalhadores como uma coletividade - aqueles que constituem os benefícios públicos para os trabalhadores enquanto classe -, mas apenas por aqueles que os trabalhadores dividem, enquanto

¹ Quando estudamos as características e formação dos países nórdicos, é fundamental ter-se em mente a proposta do artigo de apresentar as características em comum ou, em alguma medida, o que pode ser identificado em todas as sociedades escandinavas. Portanto, cada país (Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suécia e Islandia) vão apresentar dinâmicas próprias sobre o processo de formação do Welfare State social democrata.

indivíduos, com membros de outras classes” (PRZEWORSKI, 1988 p. 62). Neste sentido, os Partidos sociais democratas passaram a ampliar seu eleitorado para além da classe operária ao passo que aceitaram construir alianças eleitorais com outros Partidos.

Nos países escandinavos, estes processos convergiram com o interesse burguês de projeto nacional, o que facilitou para os sociais democratas imprimir um programa de governo que beneficiasse os diferentes setores da sociedade. Além disso, as coalizões eleitorais que permitiam o desenvolvimento da social democracia foram feitas nos países nórdicos de maneira mais serena, ou seja, havia interesse mútuo na formação destas alianças para governar. Brandal, Bratberg e Thorsen (2013, p.34) argumentam que:

This development was also echoed in the Scandinavian countries, where a wide variety of Marxists, syndicalists, and other revolutionary groups severed their rather tenuous ties to the social democratic labour movement and went their separate ways.

Não somente no campo da esquerda, em maior ou menor grau, os países escandinavos apresentaram coalizões eleitorais com Partidos de Direita ou Centro-Direita.

A consequence of the Liberal Party's strategy of conquest rather than alliance with the left Towards a Nordic Model was that the social democratic parties became more prone to radicalization in the short term. And while the radicalization was but a passing trend, the split between social democrats and liberals would prove to have more lasting significance. Inside the party there was considerable. (BRANDAL, BRATBERG, THORSEN, 2013, p.40-41)

A religião foi outro ponto que contribuiu para a coesão social nos Estados Escandinavos. A religião católica, desde cedo, disseminou a importância da caridade, da solidariedade e união. Além disso, a cultura de valorização dos povos nórdicos reforçou o reconhecimento mútuo entre os indivíduos destes países. Einhorn e Logue identificam quatro períodos na formação dos Welfare States sociais democratas. O primeiro - de 1890 até 1930 - se refere à organização e criação

das instituições políticas, das leis trabalhistas e da implementação dos programas sociais. O segundo - de 1930 até 1960 - é caracterizado pela ampliação destes programas sociais, a criação do seguro-desemprego, a proteção especial para crianças, adolescente e, também, para as famílias de menor renda. O terceiro período - de 1960 a 1973-74 - é entendido pelo investimento destes países na malha urbana, nos transportes, nas estradas, e no campo.

Com a crise no petróleo no início dos anos 1970, os países escandinavos entraram no quarto período. Além disso, conforme aponta Belluzzo e Carneiro (2003, p.1) “fortalecimento do dólar não só reafirmou a liderança do sistema financeiro e bancário americano, como engendrou uma nova etapa da reestruturação produtiva à escala global.” Este período, diferente dos três primeiros, foi repensar os gastos públicos, que deveria diminuir as despesas estimulando, assim, o setor privado a tomar o rumo de alguns setores. Na prática, os Estados nórdicos passaram a se dedicar as camadas menos favorecidas, aos idosos e as crianças. Entretanto, esta mudança foi gradual. Juhani Lehto, et al. (1999, p.106) escrevem que:

In the early 1980s, the public expenditure on health per capita was significantly higher in Sweden than in other Nordic countries. During the 1980s, a cost expansion was experienced in Iceland and Norway and, especially, in Finland while both Sweden and Denmark had much more modest development in their public health expenditure.

Com o advento da globalização nos anos 1990, a concepção de estimular a iniciativa privada em detrimento aos gastos públicos tomou força. Assim, o Estado foi, gradualmente, perdendo o caráter universalista para atender somente a parcela mais necessitada. Neste período, as sociedades escandinavas já não apresentavam mais tantas características em comum quanto tinham em meados do século XX. É possível afirmar que o fenômeno da globalização trouxe para os países nórdicos novas ideias para a reformulação do papel do Estado. A

especificidade reside, portanto, de como cada Estado recebeu estas perspectivas e como elas afetaram o governo e a sociedade.

The governments in Finland and Sweden have curbed public spending by introducing cuts in the social security system starting from 1992. Reforms have been justified by citing mainly economic reasons. On the other hand, Denmark and Norway have adapted to new circumstances by changing their social security legislation in some sectors in ways that can be assessed to be a further expansion of the welfare state, questioning claims that this era is a period of retrenchment. In sum, there are many grounds on which to claim that in the 1990s the Nordic welfare states have been under pressure to make changes in their welfare state systems. (KAUTTO, HEIKKILA, HVINDEN, MARKLUND, PLOUNG, 1999, p.4)

Definido, em linhas gerais, as principais características e formação dos Welfare States sociais-democratas, trataremos das transformações destes países com o fim da Guerra Fria e da emergência, em nível mundial, da globalização e da hegemonia do neoliberalismo.

3. Globalização e Neoliberalismo: As Transformações Econômicas e Políticas na Islândia

A Islândia é uma ilha, situada no extremo norte da Europa que, antes de se tornar república em 1944, era colônia da Dinamarca. Apesar da institucionalização da república ter sido tardia, os islandeses apresentavam autonomia perante o governo dinamarquês. No século XIX, a Islândia era composta por pequenos agricultores, pescadores e apresentava uma economia essencialmente agrícola. Com o surgimento das revoluções industriais, os islandeses se tornaram, também, industriais e operários. A partir daí, o alumínio passou a ser explorado, ao mesmo tempo em que foi consolidando

uma burguesia nacional no país. A Islândia foi, basicamente, governada por quatorze famílias, denominadas por “The Octopus”. Essa elite comandava o setor agrícola, da pesca, das indústrias e do emergente setor bancário. O sistema político islandês é constituído por uma democracia parlamentar representativa, sendo liderado por um Primeiro-Ministro e contendo, também, o Presidente da República².

Diferentemente dos demais Estados nórdicos que mantiveram, desde o século XIX, uma hegemonia dos Partidos Sociais Democratas, os islandeses viviam sob uma coalizão entre o Partido Conservador, o Partido de Centro e o Partido Progressista³. Enquanto o espaço do primeiro era os centros urbanos, o segundo e o terceiro representavam o campo. Posteriormente, os Partidos de Centro e Conservador se transformam em Partido Independente, o principal representante da direita na Islândia.

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, os sociais democratas da Islândia formaram uma aliança com os membros do O Partido dos Comuns⁴ juntamente com algumas lideranças no campo do liberalismo que, assim, os permitiram participar do governo e disputar eleições⁵. De fato, isto afetou o

² O Primeiro Ministro é o que, de fato, governa o país. Já o Presidente, detém poderes limitados. Neste sentido, fica a cargo do Presidente, basicamente, executar as leis e medidas elaboradas pelo parlamento.

³ O Partido Progressista era formado por fazendeiros de famílias tradicionais que cultivavam as terras desde antes as revoluções industriais. Mantém, assim, a defesa dos interesses do campo de do latifúndio. Definem-se como centro-direita de ideologia liberal. Em 1983, o Partido integrou-se a Internacional Liberal.

⁴ O Partido dos Comuns, caracterizados como radicais (comunistas e socialistas) estão no espectro mais a esquerda do que os sociais democratas.

⁵ O sistema político na Islândia não permitiria um governo social democrata sem a consolidação de alianças com diferentes setores. O Partido Social Democrata da Islândia enfrentava algumas dificuldades a mais que os demais Partidos sociais democratas dos países escandinavos. Isto por que o Partido Independente (que agregava a burguesia rural e urbana) era forte o bastante para impedir os sociais democratas de chegarem ao poder. Os

Partido Independente que, por força do pragmatismo, acabou por fazer, também, as alianças eleitorais. O governo islandês era formado por coligações e, em algumas ocasiões, havia aliança entre os sociais democratas e o próprio Partido Independente. Assim, por mais que um Partido tomasse o poder, ele não poderia governar de modo que pudesse imprimir o seu programa partidário da maneira como se pretendia. A justificativa era garantir que o país tivesse políticas de Estado e não de governos. A Islândia, portanto, ao longo do século XX foi governada por um conjunto de Partidos e diferentes tendências

(social-democrata, conservador, radical) que, comandavam áreas específicas do governo. Estas coalizões impediam que o País tendesse para algo mais radical, tanto pela esquerda quanto pela direita. Neste sentido, os rumos da política islandesa caminhavam dependendo do Partido que tivesse a maioria, mesmo que ela fosse limitada. Assim, de acordo com Robert Wade e Silla Sigurgeirsdottir (2010,p.11) “A direct line of descent could be traced from the quasi-feudal power structures of the nineteenth century to those of the modernized Icelandic capitalism of the late twentieth”. Os autores advogam que a formação social democrata na Islândia progrediu graças ao Plano Marshall e o boom de commodities na época que possibilitou o financiamento do país.

After the Second World War the Icelandic economy entered a period of much stronger growth. This was due to a combination of factors: Marshall Plan aid, premised on the existence of a large us-natomilitary base; an abundant export commodity—cold-water fish—blessed, as few such commodities are, with high income elasticity of demand; and a very small, highly literate population with a strong sense of national identity. Iceland became more prosperous; it established a welfare state, in line with the tax-financed Scandinavian model, and by the 1980s had attained both a level and a distribution of

disposable income equal to the Nordic average. (WADE E SIGURGEIRSDOTTIR, 2010, p.10)

Na década de 1990, a universalização do ideal de padrão de consumo, e a possibilidade de acesso a bens e serviços promovido pela globalização afetaram, também, os países nórdicos. Na Islândia, os jovens universitários foram os pioneiros na promoção das ideias neoliberais. A busca pelos desejáveis padrões de consumo tão propagandeados pelos defensores destas propostas encontraram na juventude islandesa seus grandes clientes. David Harvey argumenta, conforme apontam Almeida Filho e Leda Paulani (2011) que estes processos, adventos da inovação produtiva, potencializam ainda mais a reprodução da cultura capitalista.

O padrão estável de acesso a educação, saúde, segurança e emprego não era mais suficiente. Era preciso, na visão neoliberal, caminhar para uma nova etapa de desenvolvimento que permitiria o acesso a determinados produtos e serviços. Os Partidos Independente e o de Centro, que vinham em uma direção gradual para as propostas neoliberais, encontraram nos jovens uma base de apoio. Nesta época, houve um recuo do Partido Social Democrata islandês e dos radicais do Partido dos Comuns. Estes últimos, com a queda da URSS e do questionamento ao socialismo real, diminuíram significativamente a sua importância no cenário político islandês. Em 1994, apesar de uma aliança com os sociais democratas, o Partido Independente inicia as primeiras medidas que vão de encontro ao ideário neoliberal. Em 1995, o Partido Independente conquistou uma importante vitória, em aliança com o Partido Progressista ao eleger, para primeiro-ministro, o jurista Davíð Oddsson.

Oddsson, que tinha grande simpatia pelos governos de Ronald Regan e Margaret Thatcher, estava no lugar certo e com uma conjuntura interna e externa favorável, para estimular na Islândia as políticas neoliberais. Era preciso, portanto, que o Estado diminuísse suas despesas que, naquela altura, eram já questionadas sobre a necessidade do Estado de prover tudo a todos. Em outras palavras, o ponto

desafios que os socialistas tinham no século XIX sobre não conseguirem a maioria de votos da classe trabalhadora se encontravam também no Partido social democrata islandês.

central era direcionar ao mercado, a responsabilidade de alocação social. Dessa forma, a Islândia fez algumas reformas no seguro-desemprego e fundos de pensão. A política universalista de acesso a saúde já não se aplicava aos adultos, se restringindo apenas a crianças e idosos. As primeiras privatizações ocorreram no setor dos transportes e rodovias.

The liberalization of Iceland's economy began in 1994, when accession to the European Economic Area—the free-trade bloc of the European Union countries, plus Iceland, Liechtenstein and Norway—lifted restrictions on cross-border flows of capital, goods, services and people. The Oddsson government then embarked on a programme of selling off state-owned assets and deregulating labour. . (WADE E SIGURGEIRSDOTTIR, 2010, p.11)

Em 1998, o governo islandês iniciou as privatizações dos três bancos da Islândia: o Landsbanki, Kaupthing e o Glitnir. Consequentemente, o país recebeu enorme quantidade de capital estrangeiro e o setor financeiro já não respondia apenas aos interesses da burguesia nacional. Neste sentido, o parlamento islandês que, historicamente, tinha representação de todos os grupos sociais e apresentava um perfil diversificado de legisladores, agora se configura em um parlamento homogêneo e mais atento com os interesses do capital financeiro. Isto aconteceu por que os grupos estrangeiros que compraram os bancos passaram a financiar candidatos. A Islândia, a partir dali, constituiria uma nova elite, agora financeira. (WADE, SIGURGEIRSDOTTIR, 2012). Nesta época, as privatizações se intensificaram. As companhias estatais de alumínio, hidroelétricas foram vendidas para empresários estrangeiros. Assim, como observa Stefán Ólafsson (2011, p.4) “When the banks were fully privatized, at the beginning of 2003, the new owners turned them on the spot into aggressive investment banks”. Robert Wade e Silla Sigurgeirsdottir (2010, p.13) salientam que:

Iceland roared into international finance aided by two global conditions—abundant cheap credit (thanks to us deficits) and free capital mobility—and

three domestic ones: strong political backing for the banks; investment banking merged with commercial banking, so that the former shared the guarantees that the government extended to the latter; and low sovereign debt, which yielded the banks the all-important imprimatur of a high mark from the international credit-rating agencies.

4. A Conjuntura Econômica Mundial de 2008 e a Crise Islandesa

A privatização dos bancos e a intensificação das políticas neoliberais na primeira década dos anos 2000 produziu no país uma bolha financeira que viria a estourar na crise econômica internacional de 2008. Estes processos, da implementação das políticas neoliberais, não geraram insatisfação da parte da população. Pelo contrário. A crescente oferta de crédito e o incentivo ao consumo e acesso a serviços, viagens entre outros, contribuiu para que a população elege-se candidatos cujas propostas abarcavam o ideário neoliberal.

Se, superficialmente, o governo de Davíð Oddsson, agradava grande parte da sociedade islandesa, por outro lado os efeitos das medidas oriundas do neoliberalismo já eram perceptíveis. Conforme observa Stefan Olafsson e Arnaldur Solvi Kristjansson (2010, p.2) que, “External debt escalated and excessive risk behaviour became predominant in the Icelandic financial and business environment, driven by the quest for accumulation of assets, profits and bonuses.”. No entanto, é na crise financeira de 2008 que a Islândia os efeitos colaterais das políticas neoliberais realizadas nos últimos anos. Robert Wade e Silla Sigurgeirsdottir (2012, p.136) apontam que o coeficiente GINI em 1995 era de 0.26, em 2000 de 0.31, em 2005 de 0.39 e em 2007 de 0.43. Contudo, em 2009, o coeficiente caiu para 0.34. Os autores observam, também, que o déficit em conta corrente em 2003 era de 5% e, em 2006, estava em 20%.

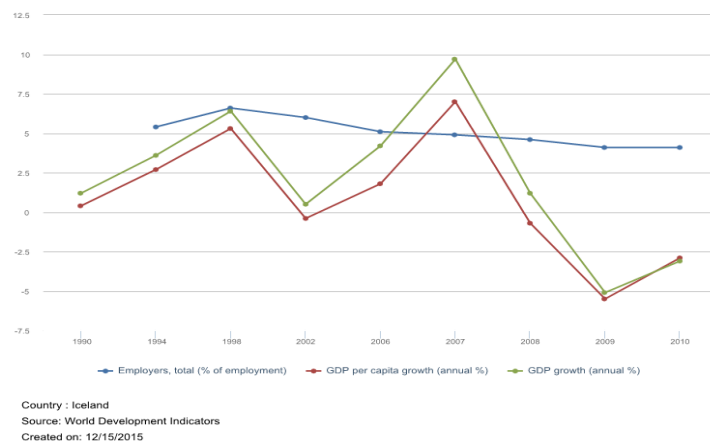
Stefan Olafsson e Arnaldur Kristjansson (2010, p.18) escrevem que “By 2005 Iceland had entered the group of

nations in OECD which had one of the lowest redistributive effects of taxes and public benefits". Em um relatório de 2010, o Banco Central da Islândia (p.8) mostra que "From 2003 to 2007, the banks' total assets grew from less than two times Iceland's GDP to almost nine times. Right before their collapse, total assets amounted to eleven times GDP". Stefán Ólafsson (2011, p.4) argumenta ainda que:

With the easy flow of borrowed foreign capital, at low interest rates, the economy had ample resources for rapid growth, which soon turned into an excessive speculation. Already by end of 2004 Iceland had become the world's most heavily indebted economy, measured as gross external debt in % of GDP. Before the collapse of the banks in October 2008 the foreign debt had grown to about eight times the size of the country's GDP, a high-risk situation and totally unsustainable once the growth was slowed down.

A crise financeira internacional de 2008 afetou profundamente a Islândia. O país, que vinha sendo injetado por enormes quantidades de capital financeiro e expansão descontrolada do crédito bancário, foi o que mais recebeu os custos da crise econômica mundial (ÓLAFSSON E KRISTJANSSON, 2010, p.2). Em 2007, uma nova eleição na Islândia concedeu mais uma vez, a vitória da chapa de Oddsson⁶. Analisando os dados do Banco Mundial sobre Islândia, percebemos que o nível de emprego vem caindo gradualmente de 1998 até 2010. O crescimento anual do PIB e do PIB per capita convergem tanto no nível crescente quanto na queda. Os três índices sofrem queda em 1998, ao passo que o crescimento anual do PIB e PIB per capita sobe em 2002, chegam ao ápice em 2007 e caí, bruscamente, de 2007 para 2008.

⁶ Nesta eleição, os sociais democratas participaram da coligação. No entanto, não se mostraram contra as políticas macroeconômicas e o crescimento do setor financeiro no país incentivado pelo Partido Independente. (WADE E SIGURGEIRSDOTTIR, 2012, p.136)



Duas semanas após a quebra do Lehman Brothers, os bancos privados islandeses decretaram falência. Neste sentido, os banqueiros pressionaram o Primeiro Ministro Oddsson para que o governo islandês arcasse com os custos para impedir uma crise ainda maior no país. Os efeitos para a sociedade islandesa não demoraram a aparecer.

Household debts had been in the region of 80% of GDP in 2000-2001. It started to increase at a fast rate from about 2004 after the banks entered the housing mortgage market and offered debt conversions with longer periods for payback and increased loans with the added value of the housing assets which went up with the bubble. Hence households were offered possibilities for accumulating more debts than had previously been the norm. With housing prices rising rapidly from 2004 young people entering the housing market had to buy more expensive properties and hence started their housing ownership career with higher debts than previously prevailed. The debt levels of households accordingly went up from about 80% to about 127% of GDP by 2008. The level has since come down to about 110% of GDP by early 2011. A part of this debt level is also consumer loans, such as for purchases of cars, which were often financed with loans in foreign denominated currencies that increased by about 50% with the collapse of the Krona. (ÓLAFSSON, 2011, p.8)

Naquela altura, a revolta da população em, possivelmente, ter de arcar com os custos da crise, já estava nas ruas. De acordo com Wade e Sigurgeirsdottir: (2010, p.23):

Thousands of people of all age groups assembled in Reykjavik's main square on freezing Saturday afternoons to chant, bang saucepans and listen to speeches and songs. Protestors linked arms in a circle around the Althing to demand the government's resignation.

Tanto o primeiro ministro Odsson quanto os membros do Partido Independente e, em menor grau, o Partido Progressista foram duramente criticados. Neste sentido, a enorme insatisfação fez com que os sociais democratas rompessem a aliança com os independentistas ao passo que buscaram responder aos anseios da população com políticas heterodoxas e de recusa ao receituário que, naquele momento, recomendava o FMI. Em 2009, as eleições na Islândia deram vitória aos sociais democratas que se aliaram com os membros do Partido Verde⁷, sob uma plataforma de governo popular e de respeito às vontades do povo. Odsson que havia perdido foi encaminhado para o Banco Central.

5. Tensões no Cenário Interno: Crise Política e Soberania Popular

Os acordos com os bancos privados na Islândia, que eram de origem alemã e inglesa, foram realizados pelo novo presidente do Banco Central islandês e ex-primeiro-ministro Davíð Oddsson. Ficou acordado, em outubro de 2009, após a aprovação do parlamento, que 50% do PIB da Islândia fosse destinado a pagar as dívidas dos bancos no período de 2016 a 2013. Naquela altura, o desemprego e o aumento da desigualdade social já eram gritantes. Após sucessivos protestos e uma indignação coletiva aos acordos firmados com os bancos, o Presidente da Islândia Ólafur Ragnar Grímsson declarou que não iria se opor a vontade geral do povo islandês de arcar com os prejuízos irresponsáveis do setor financeiro. Neste sentido, no dia 5 de Janeiro de 2010, Grímsson convocou um referendo para que a população decidisse se aqueles acordos

entre o Banco Central e os bancos privados internacionais deveriam prosperar. Dessa forma, ficou decidido, para 93% da população, que o governo não iria transformar as dívidas dos bancos em dívidas públicas. Apenas 2% votaram a favor dos acordos preestabelecidos. Além disto, a sociedade islandesa pautou a necessidade de reformar a constituição do país.

De fato, a constituição foi reformada, em outubro de 2010, ampliando os dispositivos que aprofundam a democracia participativa. No entanto, a Suprema Corte (comandada pelos membros do Partido Independente) entrou com recurso que invalidasse as reformas na constituição. Além disto, os bancos privados, que não conseguiram direcionar seus prejuízos para o governo, voltaram a propor uma série de acordos que foram novamente aprovados pelo Parlamento. Estes propostas eram, grosso modo, as mesmas do início do ano. Em abril de 2011, O presidente Grímsson através de um novo referendo, entregou para a sociedade islandesa a decisão de aceitar, ou não, os acordos com os bancos. As rejeições aos acordos corresponderam por 66% da população da Islândia. Este acontecimento no sistema político da Islândia deixou claramente a divergência entre o parlamento e a sociedade civil. Consequentemente, trouxe, também, a concepção da soberania popular e democracia representativa para o centro da discussão. A importância das reformas na constituição era inevitável.

Assim, gradualmente, os islandeses foram se recuperando. Em 2012, o governo islandês aprova uma série de reformas na constituição do país e coloca, pela terceira vez em menos de cinco anos, um novo referendo para que a população aprove os ajustes que os parlamentares fizeram. Portanto, após a aprovação da sociedade islandesa para a nova constituição no país, os islandeses conquistaram uma série de medidas que facilitam a transparência no processo político e a possibilidade de derrubar decretos e decisões que antes não

⁷ O Partido Verde islandês surgiu em 1999, tendo como bandeira a defesa pelo desenvolvimento sustentável. É um Partido médio no país.

eram permitidas.⁸ Robert Wade e Silla Sigurgeirsdottir (2010,p.25) observaram que:

GDP contraction stopped in late 2010 at 11% down from the peak, and modest growth is expected for 2011 and 2012. The unemployment rate, only 2% in 2006, has been between 7% and 9% since 2009, relatively low by European standards; but the rate of outmigration, of Icelanders and other European workers (predominantly Polish), has been the highest since the late nineteenth century.

6. Considerações Finais

As sociedades escandinavas conseguiram construir os Welfare States sociais democratas devido às particularidades que apontamos ao longo deste artigo. O fim da Guerra Fria juntamente com a emergência do fenômeno da globalização e do discurso hegemônico do neoliberalismo, promoveu transformações significativas nestes Estados. Em um artigo posterior, tendo em vista os estudos ao longo desta disciplina pretendo responder a pergunta se ainda é possível afirmar a existência de uma sociedade escandinava no século XXI.

A Islândia, ao aplicar as políticas neoliberais, não apenas direcionou a economia para os interesses do capital financeiro como modificou a composição do parlamento. Os bancos, ao financiarem os candidatos que os representassem, trouxeram homogeneidade, não antes vista, do cenário político islandês. Neste sentido, por mais que o Partido Independente precisasse das coligações, ele possuía uma autonomia cada vez maior na direção do governo. A intensificação das políticas neoliberais no anos 2000, a privatização dos bancos públicos, a oferta descontrolada de crédito juntamente com a injeção massiva de capitais estrangeiros no país, levou a Islândia a ser um dos Estados mais afetados com a crise de 2008.

Até então, os efeitos adversos do ideário neoliberal ainda não eram sentidos

pela população, que estava colhendo os benefícios do aumento do padrão de consumo, de financiamento e acesso a bens e serviços. A crise financeira mundial produziu na Islândia uma queda brutal no PIB, PIB per capita e o aumento do desemprego e da desigualdade social. Após os acordos firmados entre os bancos falidos com o governo islandês que colocariam, basicamente, o ônus da crise na conta da população, houve uma revolta geral que deixou claro a divergência entre o parlamento e a sociedade. O presidente da Islândia, em referendo, passou a decisão da continuidade ou não dos acordos com os bancos para a população. No primeiro referendo, uma rejeição de 93%. Meses depois, um outro referendo mostrou a rejeição de 66% aos “novos” acordos propostos pelos bancos. No campo político, a derrota do Partido Independente nas eleições após a eclosão da crise foi um sintoma da rejeição aos ajustes neoliberais. No campo social, a sociedade islandesa conquistou, em 2012, importantes reformas na constituição que aprofundariam a participação popular e ampliasse o poder da população nas decisões do parlamento. Portanto, o presente trabalho procurou elucidar como as medidas neoliberais transformaram as diversas esferas da política, economia e sociedade na Islândia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. PAULANI, Leda. **Regulação social e acumulação por espoliação** – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na terceirização do capitalismo contemporâneo. Economia e Sociedade, Campinas, v.20, n.2 (42), p.243-272, ago.2011.

BALDWIN, Peter. **The Politics of Solidarity: Class Bases in the European Welfare State, 1875–1975** ,Cambridge: CambridgeUniversity Press. 1990.
BELLUZZO, Luis Gonzaga. CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e integração perversa**. Política Econômica em Foco(1). Campinas: IE/UNICAMP, maio/agosto. 2003.

⁸ Os Partidos Independentes e Progressistas votaram contra as reformas na constituição islandesa.

BRANDAL, Nik . BRATBERG, Øivind. THORSEN, Dag Einar. **The Nordic Model of Social Democracy**. Palgrave McMillan. London. 2013.

EINHORN, Eric. LOGUE, John. **Modern Welfare States: Scandinavian Politics and Policy in the Global Age**, 2nd ed. Praeger. New York 2003.

ESPING- ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton University Press. New Jersey. 1990.

KAUTTO, Mikko, HEIKKILA, Matti, HVINDEN, Bjørn, MARKLUND, Staffan , PLOUNG, Niels. **Nordic Social Policy: Changing welfare states**. Routledge. London 1999.

LEHTO, J. MOSS, N. ROSTGAARD, T. Universal public social care and health services? In: KAUTTO, Mikko, HEIKKILA, Matti, HVINDEN, Bjørn, MARKLUND, Staffan , PLOUNG, Niels. **Nordic Social Policy: Changing welfare states**. Routledge. London 1999.

LEWIS, Jane. **Women and Social Policies in Europe** ,Aldershot: Edward Elgar. 1993
MARKLUND, Staffan , PLOUNG, Niels. **Nordic Social Policy: Changing welfare states**. Routledge. London. 1999.

OLAFSSON, Stefan. Iceland's **Financial Crisis and Level of Living Consequences**. Disponível em: < http://thjodmalastofnun.hi.is/sites/thjodmalastofnun.hi.is/files/skrar/icelands_financial_crisis_and_level_of_living.pdf > Acesso em: 5 de dez.2015. (2011)

OLAFSSON, Stefan. KRISTJANSSON, Arnaldur. **Income Inequality in a Bubble Economy – The Case of Iceland 1992-2008**. Disponível em: < <http://www.lisproject.org/conference/papers/olafsson-kristjansson.pdf> > Acesso em: 05 de dez. 2015. (2010).

ORLOFF, Ann. **Gender and the social rights of citizenship: the comparative analysis of gender relations and welfare states**. Disponível em: < <http://www.people.fas.harvard.edu/~iver>

<sen/PDFfiles/Orloff1993.pdf> > Acesso em: 21 de novembro. 2015. (1993)

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978.

RINGEN, Stein. Do welfare states come in types, in SAUNDERS, Peter e ENCEL, Diana. (org) **Social Policy in Australia: Options for the 1990s**. University of New South Wales: Social Policy Research Centre, Reports and Proceedings, No. 96. 1991

PZEWOSKY, Adam. **A social democracia como fenômeno histórico**. Revista Lua Nova. São Paulo, Vol.4 Nº 3. 1988.

WADE, Robert. SIGURGEIRSDOTTIR, Silla. **Iceland's rise, fall, stabilisation and beyond**. Disponível em: < http://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf/1/8_RW_icelands_rise_2012.pdf >. Acesso em: 05 de dez.2015. (2012)

_____. **Lessons from Iceland**. Disponível em: < <http://newleftreview.org/II/65/robert-wade-silla-sigurgeirsdottir-lessons-from-iceland> > Acesso em: 5 de dez.2015. (2010).

WORLD BANK. Iceland's Statistics. Disponível em: < data.worldbank.org > Acesso em 15 de nov. 2015